



Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Ana Rita Carvalho (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD).

O senhor Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

A senhora Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 a 10.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 387/2025 – Proposta n.º 26/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública relativa ao pedido de Tupem: Imersão de dragados resultantes de dragagens no Porto de Setúbal – Ratificação**
 - 2. **Deliberação n.º 388/2025 – Proposta n.º 27/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública do projeto de relatório de “Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica – RH6”**

3. **Deliberação n.º 389/2025 – Proposta n.º 28/2025 – GAP – Autorização para a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de obras previstas no PPI 2025-2029 dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
4. **Deliberação n.º 390/2025 – Proposta n.º 29/2025 – GAP – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 dos SMS – Criação de 24 postos de trabalho**
5. **Deliberação n.º 391/2025 – Proposta n.º 30/2025 – GAP – Designação do júri de procedimento concursal de recrutamento para provimento de 1 cargo de direção intermédia de 1.º grau do Mapa de Pessoal dos SMS**
6. **Deliberação n.º 392/2025 – Proposta n.º 03/2025 – GADSEA – Candidatura ao Programa ECOXXI 2025**
7. **Deliberação n.º 393/2025 – Proposta n.º 01/2025 – SMPCB – Proposta de procedimento de Consulta Pública ao Projeto de Regulamento Municipal de Uso do Fogo de Setúbal**
8. **Deliberação n.º 394/2025 – Proposta n.º 119/2025 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
9. **Deliberação n.º 422/2025 – Proposta n.º 120/2025 – DAF/DICOR – Procedimento de abertura da contratação de empréstimo de médio/ longo prazo – Aquisição de 24 fogos localizados no distrito de Setúbal - Adjudicação**
10. **Deliberação n.º 423/2025 – Proposta n.º 121/2025 – DAF/DICOR – Procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Partes não habitacionais das empreitadas “Requalificação do Bairro Amarelo” e “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de habitação unifamiliar”. - Adjudicação**
11. **Deliberação n.º 395/2025 – Proposta n.º 122/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Praceta da Amizade n.º 1, 2.º esquerdo, na União das Freguesias de Azeitão**
12. **Deliberação n.º 396/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DRH/DIDEC – Proposta de Regulamento Interno de Formação Profissional**
13. **Deliberação n.º 397/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DRH/DIDEC – Proposta de Regulamento de Estágios Curriculares e Profissionais**
14. **Deliberação n.º 398/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DRH/DIGAT – Abertura de Procedimentos Concursais para Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento**
15. **Deliberação n.º 399/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DRH/DIGAT – 4.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2024**
16. **Deliberação n.º 400/2025 – Proposta n.º 05/2025 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**
17. **Deliberação n.º 401/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2025/2026**
18. **Deliberação n.º 402/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2025/2026 – Fichas de Apoio/Cadernos de Atividades**
19. **Deliberação n.º 403/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DCDJ/DICUL – Sociedade Filarmónica Providência - Apoio à Festa em honra de Nossa Senhora da Saúde – 2025**
20. **Deliberação n.º 404/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro**
21. **Deliberação n.º 405/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Desportiva e Recreativa Amigos da Azeda – Apoio financeiro**
22. **Deliberação n.º 406/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DCDJ/DIDES – Núcleo de Bicross de Setúbal – Apoio financeiro**

23. **Deliberação n.º 407/2025 – Proposta n.º 81/2025 – DCDJ/DIDES – Clube de Motorismo de Setúbal – Rampa da Arrábida 2025 – Apoio financeiro**
 24. **Deliberação n.º 408/2025 – Proposta n.º 98/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Pormenor da frente norte da Avenida Luísa Todi (PPFNALT) - Processo n.º 188**
 25. **Deliberação n.º 409/2025 – Proposta n.º 99/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Urbanização da entrada norte da cidade de Setúbal - Processo n.º 193**
 26. **Deliberação n.º 410/2025 – Proposta n.º 100/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal (PPFRS) - Processo n.º 159**
 27. **Deliberação n.º 411/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DURB/DIPU – Alteração do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) - Processo n.º 1009C/17**
 28. **Deliberação n.º 412/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DURB/GAPRU – Cessação (provisória) de efeitos jurídicos da zona de pressão urbanística ARU Setúbal Central - Processo n.º 16/23**
 29. **Deliberação n.º 413/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração no decorrer da obra - Processo n.º 4/22**
 30. **Deliberação n.º 414/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de dois edifícios destinados a um empreendimento turístico - Processo n.º 6/23**
 31. **Deliberação n.º 415/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 35/24**
 32. **Deliberação n.º 416/2025 – Proposta n.º 106/2025 – DURB/GAPRU – Atribuição de título de utilização privativa de Recursos Hídricos para instalação de esplanadas de apoio a quiosque - Processo n.º 75/23**
 33. **Deliberação n.º 417/2025 – Proposta n.º 107/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de dois edifícios - Processo n.º 147/23**
 34. **Deliberação n.º 418/2025 – Proposta n.º 108/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de obras de alteração - Processo n.º 247/24**
 35. **Deliberação n.º 419/2025 – Proposta n.º 109/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão de licença – Obras de alteração e ampliação - Processo n.º 281/23**
 36. **Deliberação n.º 420/2025 – Proposta n.º 110/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Praceta Luís Vilaverde**
 37. **Deliberação n.º 421/2025 – Proposta n.º 111/2025 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h., na Estrada de Santo Ovídio**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 12;

- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 13;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 16;
- f) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 17;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Manifestou o seu apreço pelo movimento associativo e pelas centenas de pessoas que participaram nas Marchas Populares de Setúbal. Informou que o evento se encontrava sensivelmente a meio do concurso, tendo já decorrido a apresentação na Avenida Luísa Todi, que estivera repleta de público, o qual assistira com entusiasmo à dinâmica do movimento associativo e àquela iniciativa, considerada uma marca da cidade. Acrescentou que, no fim de semana seguinte, teriam lugar, durante dois dias, as apresentações a concurso no Pavilhão Municipal das Manteigadas. Referiu que, relativamente ao concurso, a assistência seria naturalmente mais reduzida, dado que, ao contrário do desfile na Avenida, que atrai centenas ou milhares de pessoas, o referido pavilhão tem capacidade limitada. Esclareceu que as marcações das marchas são feitas apenas em frente às bancadas, o que limita a perceção do público sobre o trabalho final e a apresentação das coletividades. Considerou, por isso, que a realização do concurso no Pavilhão Municipal das Manteigadas, face à reduzida capacidade das bancadas e à elevada procura, se revela problemática. Referiu, a título de exemplo, que, naquele dia, junto à bilheteira do Fórum Municipal Luísa Todi, se encontravam dezenas de pessoas em fila de espera para aquisição de bilhetes para assistir ao evento.

Por essa razão, defendeu a necessidade de se encontrar uma solução alternativa. Reiterou que a apresentação das marchas a concurso deveria realizar-se noutro espaço, que reunisse melhores condições e proporcionasse maior qualidade ao público. Apontou o Estádio do Bonfim como uma possibilidade, recordando que já fora utilizado no passado, uma vez que a Praça de Touros Carlos Relvas, ainda não requalificada, não dispunha das condições necessárias para acolher o evento, apesar de também já ter sido utilizada para esse fim. Lamentou que, uma vez mais, se estivesse confinado a um espaço fechado que não correspondia, acreditava, ao desejo de quem participava e dedicava trabalho voluntário durante meses para levar o evento à cidade. Acrescentou que tal limitação afetava igualmente todos os setubalenses e visitantes que gostariam de assistir às apresentações a concurso e ver as marcações, mas que, uma vez mais, não teriam essa oportunidade.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Referiu que, cerca de dez dias antes, ocorrera um acidente na Vila Maria, no cruzamento da Estrada da Graça com a Avenida Natália Correia, tendo o veículo ficado carbonizado. Informou que a viatura fora, entretanto removida, mas reforçou a necessidade de limpeza do local, dado que permaneciam ainda no espaço diversos vidros, pequenas partes da viatura e o muro danificado. Destacou que, de frente para esse cruzamento, onde a visibilidade era reduzida, existia um espelho rodoviário parabólico, do

qual restava apenas a estrutura, sendo necessário proceder à sua reposição. Mencionou, ainda, que no cruzamento da Rua do Festróia com a Avenida Júlio Santos, quem pretendia virar à esquerda não dispunha de visibilidade sobre a faixa de rodagem, devido à dimensão da vegetação, situação semelhante à que ocorria no cruzamento da Estrada da Graça com a Avenida Dom Manuel I, conhecido como Pedra Furada. Alertou que o espaço público representava o coração da cidade e que necessitava de maior cuidado, não se tratando apenas de uma questão formal, mas de garantir a segurança de quem ali vivia, trabalhava e circulava diariamente.

Referiu ainda que recentemente estivera no Cemitério da Paz, onde constataria o estado de degradação do espaço, com presença de vegetação selvagem, situação que já havia sido anteriormente abordada. Não obstante, o local continuava a apresentar sinais de abandono e falta de limpeza, não respondendo às necessidades dos munícipes nem ao que se considerava ser a dignidade devida ao espaço. Apelou, por isso, ao Senhor Presidente da Câmara para que a situação fosse resolvida com urgência, dotando o cemitério de maior dignidade e melhores condições. Recordou que, em março, fora igualmente abordada a situação do elevador do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, que se encontrava fora de funcionamento, dificultando o acesso de pessoas idosas e com limitações físicas às zonas mais elevadas, tendo questionado se tal constrangimento já se encontrava ultrapassado.

Por fim, lamentou a perda de mais uma mulher, vítima de violência doméstica, ocorrida naquela semana em Setúbal. Sublinhou que cada mulher assassinada representava uma falha da sociedade e que, embora a violência doméstica fosse considerada crime público desde o ano 2000, raramente passava uma semana sem que se tivesse notícia de mais uma mulher morta às mãos de um atual ou ex-cônjuge, companheiro ou namorado. Alertou que o ano de 2025 começara com dados preocupantes no que respeita à violência doméstica em Portugal, com mais mortes registadas face ao ano anterior, mantendo-se uma tendência negativa. Enfatizou que o combate à violência doméstica constituía um dever coletivo, reiterando que tal violência não era aceitável, nem perdoável, e jamais poderia ser tolerada.

Sr. Vereador Pedro Pina – Afirmou que havia pedido a palavra, ainda que com alguma hesitação, a propósito da intervenção anterior do Vereador Joel Marques. Observou que o período pré-eleitoral e eleitoral avançava rapidamente, sendo natural que todas as forças políticas estivessem empenhadas em cumprir os seus objetivos. Nesse contexto, considerou estar-se perante mais um exercício de populismo, repleto de críticas ao trabalho da Câmara Municipal, com referências a “vazios” e, sobretudo, à ausência de propostas concretas e objetivas por parte do Partido Socialista. Comentou que, naquela ocasião, surgia a sugestão de que o certame, nomeadamente a apresentação final, pudesse decorrer no Estádio do Bonfim. Referiu que, independentemente das circunstâncias e limitações dos equipamentos disponíveis, já havia mencionado por diversas vezes que o Estádio do Bonfim fora, efetivamente, considerado como uma das hipóteses, tal como outros espaços, nomeadamente a pista de atletismo do Vale da Rosa e a possibilidade de montagem de bancadas no Parque de Santiago. Afirmou que, dentro dessas condicionantes e possibilidades, houve sempre unanimidade por parte das entidades envolvidas de que o Pavilhão Municipal das Manteigadas era o espaço que melhor cumpria o desígnio necessário à realização da apresentação.

Criticou o facto de, naquela altura, o Partido Socialista se apresentar como a força política mais empenhada relativamente às marchas, quando, segundo afirmou, tal não correspondia à realidade. Enfatizou que a Câmara Municipal de Setúbal vinha realizando, ano após ano, um esforço contínuo de valorização, criação de condições e estímulo ao movimento associativo. Recordou que, no início do mandato, ainda em contexto pós-Covid — e mesmo durante a pandemia —, o executivo municipal não deixou de apoiar as coletividades, tendo prestado apoios financeiros que permitiram a realização de pequenos momentos no Fórum Municipal Luísa Todi, com o objetivo de manter viva a tradição das marchas. Acusou o Partido Socialista de ter traçado um cenário negativo quanto ao número de marchas e à capacidade de organização do executivo, sublinhando que, naquele ano, o evento contava com oito



5736

marchas a concurso. Reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo movimento associativo, salientando que até as marchas de Lisboa, consideradas o expoente máximo das festas, haviam recorrido à Península de Setúbal — e, em particular, à cidade de Setúbal — para suprir carências de recursos humanos, nomeadamente cenógrafos, marchantes e ensaiadores. Referiu que o problema era mais abrangente e que, embora o Pavilhão das Manteigadas tivesse a capacidade instalada que tinha, a Câmara Municipal assegurava ainda assim uma capacidade acrescida.


Questionou quantas pessoas ficavam efetivamente de fora do evento — se cinquenta, cem, mil, duas mil e quinhentas, ou até cinco mil —, sublinhando a importância de se contextualizar a questão. Concordou que seria desejável um espaço com maior capacidade, mas criticou a tentativa de aproveitamento político da situação, num momento em que o processo ainda decorria.

Defendeu que, naquela fase, o mais importante seria valorizar o trabalho das coletividades, reconhecer o empenho das pessoas envolvidas, destacar o esforço extraordinário dos trabalhadores da Câmara Municipal e enaltecer o papel essencial desempenhado para que a Avenida Luísa Todi estivesse preparada para acolher o evento, incluindo o trabalho de colocação de baias, a organização logística e toda a preparação das apresentações no Pavilhão das Manteigadas.

Sublinhou que, naquele momento, o que se exigia da oposição era tranquilidade. Afirmou que as marchas populares não deveriam ser utilizadas como instrumento de combate político, acusando o Partido Socialista de o fazer com o objetivo de retirar vantagens em período próximo de eleições. Considerou que tal postura não beneficiava o concurso.

Reforçou que o Partido Socialista teria, naturalmente, as suas ideias, propostas e projetos para as Marchas Populares de Setúbal, mas que, naquela fase do processo, deveria prevalecer a serenidade. Relatou que a organização da noite anterior fora exemplar, tendo recebido um bom feedback relativamente aos tempos das marchas a concurso, sem qualquer ocorrência relevante, afirmando que tudo decorreria de forma extraordinariamente positiva e que, naquele momento, todos estariam empenhados no sucesso do evento. Adiantou que, quando chegasse o momento apropriado, o Partido Socialista teria oportunidade de apresentar as suas propostas — como, por exemplo, a construção de um equipamento multiusos no Largo José Afonso ou outras alternativas — e que a CDU e o executivo municipal também apresentariam as suas, sustentadas no trabalho desenvolvido. Reafirmou que aquele ainda não era o momento para debate político, uma vez que tal não contribuiria para o sucesso das Marchas Populares de Setúbal. Sublinhou a necessidade de se evitar a partidarização e politização do evento, por considerar que tal em nada beneficiava o movimento associativo. Acrescentou que o Partido Socialista, ao longo do tempo, vinha demonstrando esse tipo de abordagem, o que, na sua opinião, não era adequado. Reconheceu o direito de cada força política apresentar as suas ideias e propostas, mas considerou que a forma como o Partido Socialista procurava suscitar polémica — designadamente com questões relacionadas com as filas de espera ou com a distribuição de bilhetes — não era construtiva. Acrescentou que, na sua perspetiva, a existência de filas de espera não constituía um problema, mas antes um sinal positivo do interesse da população no evento.

Afirmou que, ao contrário do que fora referido, o mais grave seria, na sua opinião, se não houvesse público, como já ocorrera noutros anos, em que muitos lugares ficaram vagos devido à não utilização de bilhetes previamente levantados. Informou que, ao longo dos dois dias de concurso, estavam disponíveis cerca de dois mil e quinhentos lugares para o público, distribuídos por sessões distintas. Acrescentou que existia também a possibilidade de visionamento das marchas por transmissão online, o que constituía uma valorização importante do evento. Destacou que a distribuição de bilhetes estava a ser realizada pelas próprias marchas, junto dos seus apoiantes, como resultado do trabalho desenvolvido em articulação com as coletividades. Concluiu que, naquela fase, era o momento de deixar as marchas e as coletividades brilharem — referindo-se às oito marchas a concurso e às cinco marchas extraconcurso. Afirmou que, mais adiante, haveria tempo e espaço para o debate

 8/36

político e para a apresentação de ideias e propostas, mas reiterou que aquele ainda não era o momento apropriado para tal. Considerou que discussões políticas prematuras não contribuíam para o sucesso das Marchas Populares de Setúbal.

Sr. Presidente – Fez questão de acrescentar uma nota, esclarecendo que, embora fossem oito as marchas a concurso, o total de marchas envolvidas era de treze. Relembrou, entre elas, a tradicional e honrosa marcha da APPACDM e referiu ainda a existência de quatro marchas de jovens. Considerou que esse facto era promissor e estaria, segundo afirmou, certamente relacionado com o apoio contínuo prestado pela Câmara Municipal, que incentivava e criava condições para que as marchas juvenis continuassem a crescer anualmente, como se vinha verificando. Enfatizou tratar-se de uma forma construtiva de encarar o processo, em contraste com o que acontecia noutras localidades, onde existiam dificuldades em encontrar marchantes e técnicos de apoio. Destacou que Setúbal, felizmente, não enfrentava esse problema, o que demonstrava que algo de positivo ocorria no município, não sendo certamente por falta de apoio da Câmara Municipal. Reconheceu que se poderia sempre argumentar que esse apoio poderia ser maior — ponto com o qual, afirmou, todos costumavam concordar —, mas contrapôs que também se poderia dizer que o orçamento da Câmara poderia ser diferente.

Reforçou que os dados e os factos evidenciavam que as Marchas Populares em Setúbal não apenas se mantinham, como cresciam. Afirmou que a participação das marchas jovens era reflexo da dinâmica existente na sociedade setubalense, cabendo à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia apoiar essa dinâmica, por a considerar um património da cultura popular que merecia ser preservado.

Concluiu a sua intervenção salientando, uma vez mais, que, apesar de serem oito as marchas a concurso, havia treze que desfilavam.

Sr. Vereador Joel Marques – Confirmou que eram, de facto, treze as marchas que se apresentavam no Pavilhão Municipal das Manteigadas e que já haviam desfilado na Avenida Luísa Todi: oito marchas a concurso, a marcha da APPACDM e quatro marchas infantis. Assegurou que o surgimento das marchas infantis não resultava do apoio prestado pela Câmara Municipal, mas sim da dedicação, do voluntarismo e do entusiasmo com que as coletividades e o movimento associativo se envolviam no evento. Recordou, a esse propósito, que a Câmara atribuía apenas cento e cinquenta euros a cada marcha infantil, valor que, na sua opinião, provavelmente não seria suficiente nem para vestir um marchante. Ressaltou, contudo, que essa não era a principal questão que pretendia destacar naquela intervenção. Comentando a intervenção do Vereador Pedro Pina, afirmou que, ao contrário do que fora dito, as marchas brilhavam sempre — fosse na Avenida, no Estádio do Bonfim ou no Pavilhão das Manteigadas. Acrescentou que as marchas sempre brilharam sem a presença do Vereador Pedro Pina, continuavam a brilhar e continuariam a fazê-lo no futuro. Ressaltou ainda que, ao contrário do que fora afirmado, a bancada do Partido Socialista não falava de “vazios”, mas sim de uma Avenida cheia e de um movimento associativo altamente participativo, composto por centenas de pessoas dedicadas a esse evento.

Lembrou que, ao longo dos anos e, em particular, durante aquele mandato, o Partido Socialista vinha apresentando propostas concretas, incluindo reforços nos apoios ao evento e alterações ao regulamento das marchas, quando este fora discutido em sede de Câmara. Rejeitou as acusações de populismo ou de oportunismo pré-eleitoral, defendendo que tais críticas não se aplicavam às intervenções proferidas pela sua bancada. Acrescentou que as propostas e intervenções apresentadas ao longo dos anos constituíam prova do compromisso constante com o tema, e criticou a ideia de que o período pré-eleitoral se iniciasse imediatamente após a realização das eleições, afirmando que tal lógica correspondia apenas à interpretação de quem a sustentava. Considerou populista ou demagógica a afirmação de que nunca se ouviram soluções apresentadas pelo Partido Socialista ou, alternativamente, uma declaração proveniente de alguém que não acompanhava de forma atenta as intervenções da bancada socialista.

Sr. Vereador Pedro Pina – Afirmou que era evidente para todos — mesmo para os mais distanciados — que trazer à discussão, naquele momento específico, o tema da exibição na Avenida em contraste com a apresentação no Pavilhão Municipal das Manteigadas revelava uma intenção clara de criar ruído político. Acrescentou que, se o Vereador Joel Marques era, de facto, alguém muito ocupado e dedicado às marchas, então deveria saber, entre outras questões, que uma das preferências reiteradamente manifestadas pelas próprias marchas — tal como sucedia noutras localidades — era a utilização de espaços fechados para a apresentação coreográfica, por oferecerem melhores condições para o trabalho desenvolvido pelas coletividades. Reconheceu que existiam soluções que poderiam permitir o aumento da capacidade de público, mas defendeu que tal poderia comprometer a qualidade da exibição. Criticou a argumentação baseada em experiências passadas e reforçou que a regulamentação atualmente em vigor resultara de um processo de discussão aprofundado com as coletividades, incluindo contributos de pessoas que, embora já não participassem diretamente nas marchas, haviam apresentado sugestões válidas.

Referindo-se à questão levantada sobre os apoios financeiros às marchas infantis, afirmou que estes não se limitavam aos cento e cinquenta euros mencionados. Explicou que, além desse montante, a Câmara Municipal garantia o transporte e outros apoios logísticos às coletividades. Referiu que, frequentemente, era destacado apenas o lado negativo, mas reiterou que a existência e crescimento das marchas infantis se deviam também à confiança das coletividades no executivo municipal, que lhes proporcionava condições favoráveis para a consolidação dessas iniciativas. Acrescentou que o executivo decidira e já assumira o compromisso de criar, no futuro, um espaço exclusivo para as marchas infantis de Setúbal, considerando tal evolução como reflexo do crescimento das marchas. Enfatizou que este crescimento resultava do trabalho e do investimento efetuados pela Câmara Municipal. Desafiou ainda que se realizasse uma comparação entre os orçamentos da Câmara Municipal de Setúbal e da Câmara Municipal de Lisboa, mencionando que esta última aumentara o apoio às marchas em dez mil euros naquele ano. Contudo, recomendou que o vereador socialista verificasse a percentagem do orçamento total dedicada às marchas em Lisboa — com um orçamento de mil milhões de euros — e que a comparasse com o orçamento de Setúbal, para uma avaliação proporcional mais justa do apoio dado às marchas populares.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que havia solicitado a palavra unicamente para pedir ao Senhor Presidente que fizesse um ponto de situação relativo às descargas efetuadas por uma empresa que se tornara amplamente conhecida, não só em Setúbal, mas em todo o país. Manifestou preocupação quanto ao andamento do processo, sobretudo no que respeita à eventual contaminação de algum poço nas proximidades ou de alguma bacia de água que pudesse ser utilizada para consumo público.

Sra. Vice-Presidente – Dirigindo-se especialmente às questões levantadas anteriormente pela vereadora Patrícia Paz, informou que, caso a vereadora tivesse visitado o Cemitério da Paz naquele dia, teria encontrado trabalhadores municipais no local a proceder aos cortes da vegetação. Explicou que o cemitério possui uma área muito extensa e que, quando os trabalhos eram concluídos num setor, noutra área as ervas já haviam crescido novamente. Recordou que, como era do conhecimento geral, o inverno e a primavera daquele ano foram particularmente rigorosos, o que dificultou ainda mais a manutenção. Por essa razão — e reconhecendo essa dificuldade —, todos os prazos relacionados à manutenção, não só das ervas urbanas, mas também de outras áreas, foram alargados. Informou que, naquele momento, estava em curso uma grande jornada de limpeza, iniciada naquele mesmo dia, com a participação dos trabalhadores municipais, embora uma empresa contratada também estivesse a realizar alguns trabalhos de manutenção. Esclareceu que os trabalhadores da DIEV e da Seriflor estavam envolvidos nesta ação mais abrangente, que se estenderia até ao sábado seguinte, com o objetivo de efetuar uma limpeza substancial em todo o espaço do cemitério.

Em seguida, abordou a questão do elevador do Cemitério da Nossa Senhora da Piedade, confirmando que houve, de facto, um constrangimento técnico com o equipamento, considerado fundamental por permitir o acesso de pessoas idosas ao piso superior. Informou que o problema já foi ultrapassado e que o elevador se encontrava novamente em funcionamento. Contudo, alertou que, devido à conceção e antiguidade do elevador, surgem constrangimentos recorrentes, o que poderá exigir a consideração de uma nova solução de acesso ao local. Ressaltou que o equipamento, com vários anos de uso, já tinha sofrido uma remodelação profunda, a qual foi substancial e dispendiosa, esperando-se que agora resolva o problema de forma definitiva. Saliu a importância de garantir acessibilidade num espaço sobrelevado, especialmente tendo em conta que grande parte dos visitantes são pessoas idosas. Acrescentou que as escadas existentes eram muito antigas e, apesar do apoio de corrimões, continuavam a apresentar dificuldades.

Concluiu referindo que, relativamente às duas questões abordadas — a limpeza do cemitério e o funcionamento do elevador —, as informações prestadas eram positivas e, por isso, se tratavam de boas notícias.

Sr. Presidente – Referiu, inicialmente, que mesmo em relação ao cemitério e a outras situações frequentemente questionadas pelos cidadãos, era fundamental prestar esclarecimento e informação para justificar tais circunstâncias. Mencionou o caso do cemitério, recordando que a Vice-Presidente já havia informado sobre a existência de uma empresa contratada, com dois profissionais a trabalhar permanentemente no local. Destacou que o cemitério compreendia uma área muito extensa e que, naquele ano, devido às condições climáticas — com períodos de chuva seguidos de temperaturas elevadas — não foi possível manter a manutenção adequada como em anos anteriores. Explicou que, pelo menos em duas ocasiões, as chuvas seguidas de calor provocaram um rápido crescimento da erva, tornando o seu controlo praticamente impossível.

Reconheceu que a Câmara Municipal enfrentava dificuldades na contratação de pessoal qualificado, problema que não se limitava a Setúbal, mas que também afetava outras Câmaras Municipais e empresas, onde existia grande escassez de trabalhadores para essas funções.

Acrescentou que, conforme já referido pela Vice-Presidente, foram criadas condições internas nos serviços municipais para intervir, especialmente na fase inicial do desenvolvimento das ervas. Observou que, nessa etapa, as ervas poderiam ser cortadas diariamente, mas devido ao calor e às chuvas constantes, o crescimento era muito rápido, dificultando a disponibilidade de pessoal e equipamentos para responder à altura, tanto nos espaços públicos quanto nos cemitérios.

Seguidamente, abordou a situação do espaço público em geral. Relatou que, num ano chuvoso e com temperaturas elevadas como aquele, as juntas de freguesia vinham, desde fevereiro, realizando cortes nas ervas do espaço público. Contudo, o crescimento acelerado fazia com que, poucos dias após o corte, as ervas voltassem a crescer. Informou que, para fazer face a esta realidade, várias empresas foram contratadas para executar o corte no espaço público, e que, considerando o estágio de maturação das ervas, elas estavam sendo cortadas numa fase em que já não apresentavam o mesmo desenvolvimento inicial. Destacou ser importante esclarecer a população para que compreendesse que a Câmara Municipal não dispunha de capacidade interna suficiente para estas tarefas, e que a contratação de empresas implicava um custo muito elevado.

Saliu ainda que, caso os cortes tivessem sido realizados desde fevereiro até maio com grande frequência, os custos teriam sido consideravelmente mais elevados, pois após cada corte a vegetação voltaria a crescer em poucos dias.

Defendeu ser necessário equilibrar os custos associados à manutenção dos espaços verdes. Reconheceu que ninguém gostava de ver ervas e que todos preferiam os espaços limpos, o que é natural, mas ressaltou que as ervas não constituem lixo ou resíduos, mas sim um processo natural de desenvolvimento da vegetação.

Mesmo assim, afirmou que a Câmara Municipal e as juntas de freguesia empenharam-se para manter essa situação sob controlo. Comentou que, até cerca de três anos atrás, todas as câmaras e juntas de freguesia utilizavam um herbicida muito eficaz, que dificultava o crescimento das ervas, mas que foi proibido devido aos seus efeitos prejudiciais para a saúde, especialmente dos animais.

Por não existir na época nenhum herbicida com eficácia equivalente, as autarquias passaram a enfrentar dificuldades, sendo o estado da vegetação preocupante em outras cidades. Destacou que era impossível para as câmaras municipais responderem adequadamente num ano excepcional, marcado por chuvas frequentes e temperaturas elevadas, que tornavam o crescimento das ervas praticamente incontrollável.

Reforçou que, naquele momento, várias equipas e empresas contratadas estavam a trabalhar no corte das ervas na cidade, e que, devido ao estado de maturação das mesmas, o seu desenvolvimento não ocorreria com a mesma intensidade, especialmente face ao aumento das temperaturas e diminuição das chuvas, tornando outros cortes provavelmente desnecessários.

Acrescentou que, embora existissem resíduos espalhados pelas ruas e entre as ervas, situação que desagradava a todos, tratava-se de casos excecionais naquele ano. Concluiu que essa realidade verificava-se tanto na cidade como nas aldeias e vilas do município, incluindo áreas que requeriam corte e desbaste de ervas e arbustos, onde a situação era semelhante.

Referiu que, em muitos casos, os tratores efetuaram o corte da vegetação, mas em poucos dias as ervas voltaram à mesma altura, pelo que se exigia compreensão por parte da população. Informou que a Câmara também contratara empresas para intervir em espaços públicos e privados onde os proprietários, devidamente notificados, não realizaram os cortes necessários, sendo a meta resolver toda a situação no prazo de duas semanas.

Referiu ser muito importante informar a população sobre estes fenómenos, destacando que a Câmara Municipal não dispõe de condições nem meios para lidar com eles sem incorrer em custos extraordinariamente elevados. Foi esclarecido que a Câmara Municipal, naturalmente, tem os seus orçamentos, assim como as juntas de freguesia, pelo que é necessário ter uma visão e atuação ponderada do ponto de vista financeiro para gerir estas questões.

Enfatizou-se a importância de transmitir esta informação. Acrescentou-se uma nota dirigida aos vereadores, sublinhando que tanto o executivo municipal como os executivos das freguesias têm responsabilidades dentro das suas competências, mas que os municípios, enquanto cidadãos, também devem assumir a sua responsabilidade, o que, segundo foi referido, a esmagadora maioria já faz.

No entanto, foi salientado que, no último mês, se intensificou uma situação preocupante: verificou-se o corte dos fios de eletricidade das caixas que ligam os aspersores dos espaços verdes. Foi explicado que estes sistemas funcionam automaticamente durante a noite e que os trabalhadores da Câmara Municipal e das juntas de freguesia acreditavam que tudo decorria normalmente até perceberem que a relva começava a amarelecer.

Ao proceder à verificação, constataram que grande parte dos espaços verdes, tanto de maior como de menor dimensão, estavam a ser alvo de vandalismo propositado, nomeadamente pelo corte dos fios elétricos, que desativam o sistema automático de rega.

Foi classificado como um ato de puro vandalismo, altamente prejudicial ao orçamento municipal, que depende dos impostos e contribuições dos municípios. Foi lamentado que essa situação estivesse a ocorrer.

Mais recentemente, ao constatar que os serviços verificavam diariamente as caixas para identificar situações semelhantes, verificou-se um ato ainda mais grave: arrancavam as canalizações da rega, espalhavam-nas ou deixavam-nas atrás dos muros ou em espaços públicos. Este ato também foi considerado puro vandalismo, ressaltando-se a necessidade de denunciar tais situações.

Foi referido que os cidadãos, ao observarem os espaços verdes, questionavam-se sobre como a Câmara permitia que estes, que requerem custos significativos de manutenção, fossem deixados nessa condição. Reafirmou-se que a situação era real e, por isso, foi feita a

presente declaração, lamentando profundamente que existissem pessoas no concelho — não apenas na cidade — dedicando-se a esse tipo de vandalismo, que prejudica a imagem do município.

Destacou-se que a cidade possui grandes parques verdes e zonas tradicionais de lazer, mas que, ao observar a cor e o estado da relva nestes espaços, se constatava o impacto negativo dos atos vandálicos.

Foi igualmente mencionada uma situação semelhante em relação aos resíduos sólidos. Informou-se que a gestão dos resíduos passou para os Serviços Municipalizados, estando em curso um investimento — com aprovação dos vereadores — na aquisição de novas viaturas para substituir empresas privadas que enfrentavam dificuldades, incluindo falta de mão de obra. Uma das medidas adotadas foi a compra de dois veículos de caixa aberta com taipais levantados, destinados à recolha de resíduos junto aos contentores.

Foi explicado que a deposição inadequada de resíduos, frequentemente consistindo em sacos deixados ao lado dos contentores sem que as tampas fossem abertas, já ocorria há vários anos. Naquela altura, dois veículos circulavam dia e noite para proceder à recolha nos chamados “pontos negros”, locais onde essa prática persistia. Embora os munícipes tivessem a possibilidade de agendar a recolha de “monos” através de um serviço competente, bem como a de depositar resíduos junto aos contentores quando devidamente identificados, foi salientada a dificuldade dos serviços em controlar integralmente essas situações.

Foi ainda referido que parecia existir um grupo de pessoas que realizava estas ações de forma intencional, demonstrando satisfação em fazê-lo. Relatou-se que algumas dessas pessoas chegavam a tirar fotografias e a publicá-las nas redes sociais, evidenciando o abandono da cidade. Estes cidadãos foram qualificados como pessoas sem respeito por si mesmas ou pelos outros, e que aparentemente não valorizavam o local onde residem, uma vez que tais comportamentos, considerados condenáveis, contrariavam o zelo devido ao município.

Por fim, foi feita uma denúncia pública, apelando-se ao bom senso e à responsabilidade coletiva para que este tipo de atitudes cesse, dado que prejudicam a imagem da cidade e dos seus habitantes, nomeadamente de Setúbal e Azeitão.

Em relação a outras informações fornecidas pela senhora Vereadora, foi agradecido o contributo e mencionada a intenção de proceder à verificação dos pontos levantados. Sobre o espaço designado Pedra Furada, foi informado que, dentro de poucos dias, seria realizado um corte da vegetação com recurso a trator e máquinas de cortar relva, medida que já tinha sido previamente sinalizada.

No que diz respeito às descargas, foi recordada uma situação complexa ocorrida em 2022, envolvendo a descarga de resíduos por parte de uma empresa numa vala situada nas Pontes, que desaguava diretamente no esteiro. Estas descargas provocaram a queima da vegetação local, nomeadamente arbustos, e causaram danos significativos à fauna e flora do esteiro, apesar da influência das marés naquela região. A situação foi denunciada pelas pessoas proprietárias das propriedades confinantes à vala, incluindo uma área onde havia gado que teve de ser retirado por precaução face ao impacto ambiental.

As informações foram transmitidas às entidades competentes para identificação da empresa responsável. Após um processo de investigação e fiscalização municipal, a empresa foi devidamente identificada. A Câmara Municipal, em articulação com o presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, reivindicou por diversas vezes, incluindo através de deslocações e iniciativas públicas, a cessação da atividade daquela empresa, processo que demorou aproximadamente seis meses a concretizar-se.

Em relação a outras informações fornecidas pela senhora Vereadora, foi agradecido o contributo e mencionada a intenção de proceder à verificação dos pontos levantados. Sobre o espaço designado Pedra Furada, foi informado que, dentro de poucos dias, seria realizado um corte da vegetação com recurso a trator e máquinas de cortar relva, medida que já tinha sido previamente sinalizada.

No que diz respeito às descargas, foi recordada uma situação complexa ocorrida em 2022, envolvendo a descarga de resíduos por parte de uma empresa numa vala situada nas Pontes,

que desaguava diretamente no esteiro. Estas descargas provocaram a queima da vegetação local, nomeadamente arbustos, e causaram danos significativos à fauna e flora do esteiro, apesar da influência das marés naquela região. A situação foi denunciada pelas pessoas proprietárias das propriedades confinantes à vala, incluindo uma área onde havia gado que teve de ser retirado por precaução face ao impacto ambiental.

As informações foram transmitidas às entidades competentes para identificação da empresa responsável. Após um processo de investigação e fiscalização municipal, a empresa foi devidamente identificada. A Câmara Municipal, em articulação com o presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, reivindicou por diversas vezes, incluindo através de deslocações e iniciativas públicas, a cessação da atividade daquela empresa, processo que demorou aproximadamente seis meses a concretizar-se.

No final do mês de março, a Câmara Municipal teve conhecimento de que, em frente à central de compostagem da Amarsul, estavam a ser desenvolvidas atividades relacionadas com o tratamento ou encaminhamento de águas residuais industriais, em tanques que haviam sido recentemente construídos ou reabilitados. Perante esta situação, os serviços de fiscalização municipal deslocaram-se ao local, onde identificaram a ocorrência e procederam ao embargo da atividade, no âmbito das competências urbanísticas da autarquia.

Paralelamente, a Câmara Municipal comunicou o sucedido a outras entidades com responsabilidade na matéria, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) e a unidade da GNR com competências ambientais, para que estas pudessem agir de acordo com as suas atribuições legais.

Foi igualmente referido que um canal televisivo nacional havia transmitido uma reportagem relativa a empresas que, embora alterassem a sua designação e localização, continuavam sob a mesma gestão e propriedade. Essa investigação jornalística coincidiu com a situação então identificada na zona de Poçoilos.

A Câmara Municipal, ciente da gravidade do caso, insistiu junto das entidades competentes para que fosse determinado o encerramento preventivo da atividade em causa, de modo a impedir a sua continuidade. Face à morosidade na resposta das entidades responsáveis, e apesar de tal decisão extravasar as competências municipais, a autarquia decidiu instalar barreiras físicas na entrada do terreno, com o objetivo de impedir a circulação de veículos pesados da empresa.

No entanto, foi relatado que, pouco tempo depois, a empresa fez deslocar ao local um camião com grua, através do qual procedeu à remoção dos referidos impedimentos, retomando a circulação de veículos e, presumivelmente, a atividade anteriormente embargada.

Perante a persistência da situação e a ausência de resposta por parte das entidades competentes às denúncias e exigências apresentadas, a Câmara Municipal decidiu convocar uma reunião pública, também por iniciativa dos residentes da área envolvente, com o objetivo de reforçar a denúncia pública anteriormente efetuada e reiterar a exigência de encerramento preventivo da atividade em causa. Esta iniciativa visou igualmente dar continuidade às diligências e às informações já remetidas às entidades fiscalizadoras com responsabilidade na matéria.

Durante essa reunião pública, resultaram duas ações principais. A primeira consistiu na intervenção de um advogado da Câmara Municipal, que se disponibilizou para colaborar com os cidadãos presentes, lançando o repto à participação numa ação popular — instrumento jurídico previsto na legislação nacional que permite a intervenção coletiva dos cidadãos na defesa de interesses difusos, nomeadamente ambientais. Na sequência desse apelo, vários municípios manifestaram interesse e inscreveram-se, fornecendo os seus dados para o efeito, estando o respetivo processo atualmente em curso.

A segunda ação imediata resultou na renovação da exigência, por parte da Câmara Municipal, de que as entidades competentes assumissem, com caráter de urgência, a obrigação de determinar o encerramento preventivo da atividade da empresa, face aos riscos ambientais e ao impacto já verificado na área envolvente.



A Câmara Municipal assumiu publicamente a posição de que a entidade responsável pelo licenciamento de determinada atividade deveria igualmente deter competência para determinar o seu encerramento preventivo, sempre que tal se justificasse.

Em diversas reuniões realizadas com os serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), foi transmitido à Câmara que a empresa em causa não detinha qualquer licenciamento para o exercício da atividade no concelho de Setúbal, nem havia submetido qualquer pedido com vista ao início do respetivo processo de licenciamento. Perante esta informação, a Câmara Municipal manifestou a sua incompreensão quanto à ausência de intervenção da CCDR no sentido de determinar o encerramento preventivo da atividade, situação que motivou a continuidade da denúncia pública por parte do Município.

Foi ainda comunicado à Câmara que, na sequência do anúncio de uma concentração popular realizada no dia anterior, a CCDR havia decidido convocar uma reunião conjunta com a Câmara Municipal, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a própria CCDR e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com o objetivo de avaliar a situação em apreço.

Como resultado dessa reunião, as entidades presentes acordaram em subscrever um pedido conjunto dirigido ao Ministério Público, solicitando uma intervenção com vista ao encerramento preventivo da atividade desenvolvida pela referida empresa.

A Câmara Municipal considerou que esta era a ação que sempre esperara da CCDR, embora apenas naquela fase a mesma tenha sido concretizada. O referido pedido conjunto foi prontamente subscrito pelo Município e remetido, no próprio dia, ao Ministério Público, com vista à adoção das medidas que se revelassem necessárias.

Salientou que, não obstante os argumentos que pudessem ser apresentados e a legislação, por vezes, revelar-se insuficientemente clara, quando estavam em causa o meio ambiente, a qualidade de vida e a saúde das populações, impunha-se às entidades públicas a obrigação de atuar de forma preventiva.

Enfatizou que era precisamente esse o objetivo pretendido: a adoção de medidas preventivas. Nesse sentido, manifestou o entendimento de que decorreram várias semanas durante as quais a atividade da empresa em questão poderia e deveria ter sido impedida de funcionar, à luz do princípio da precaução.

Referiu que, uma vez conhecidos os resultados das análises em curso, competiria às entidades competentes desencadear os processos administrativos ou judiciais adequados. Contudo, sublinhou que o encerramento preventivo da atividade representava, desde o início, uma medida de prudência indispensável, que, infelizmente, não tinha sido concretizada atempadamente.

Informou que, na véspera, se realizara a reunião anteriormente mencionada, na qual foi subscrito, pelas entidades presentes, um pedido conjunto ao Ministério Público.

Expressou a expectativa de que o Ministério Público atuasse com celeridade, de forma a determinar a suspensão preventiva da atividade desenvolvida pela empresa e pôr termo à situação que afetava aquela área do concelho.

Destacou ainda que os indivíduos por detrás da empresa em causa eram os mesmos que, anteriormente, tinham sido responsáveis por outras empresas, com denominações distintas, envolvidas em situações similares de poluição, nomeadamente nos concelhos de Vendas Novas e Torres Novas, designadamente através do lançamento de águas poluentes em linhas de água e no esteiro.

Colocou a questão de como, num Estado de Direito, era possível que os responsáveis por tais práticas continuassem, diariamente, a contaminar os solos, o ar e a colocar em risco a saúde pública, sem que houvesse uma intervenção eficaz que impedisse a continuação dessas atividades. Tal situação foi considerada motivo de profunda perplexidade.

Referiu que existiam imagens e informações públicas que demonstravam o conhecimento, por parte das entidades competentes, da existência e natureza dessas situações, sendo do conhecimento geral que, embora com diferentes denominações societárias, as empresas envolvidas tinham por detrás as mesmas pessoas.



Perante este quadro, foi levantada a dúvida quanto à razão pela qual tais práticas continuavam a ocorrer, tendo sido admitido que, face às ações desencadeadas em Setúbal, a empresa pudesse já estar a operar noutra localização, dado tratar-se de uma atividade presumivelmente altamente lucrativa.

Dirigiu um agradecimento a todas as pessoas que participaram na iniciativa pública em defesa do ambiente e da saúde pública, reconhecendo o esforço que a sua presença representou, atendendo a que o local da reunião se situava fora da cidade e a uma distância considerável.

Por fim, foi manifestou a esperança de que o Ministério Público viesse a intervir com brevidade, no sentido de determinar a cessação da atividade em causa, e que, posteriormente, as entidades competentes e os tribunais assumissem a condução dos processos legais que se impusessem.

Reiterou a perplexidade perante o facto de existirem indivíduos que obtêm lucros à custa da degradação do meio ambiente, do bem-estar das populações e da saúde pública, situação considerada profundamente lamentável.

Referiu que as captações de água destinadas ao abastecimento público no concelho de Setúbal eram efetuadas a uma profundidade aproximada de quatrocentos metros, sendo sujeitas a análises e avaliações regulares.

Sublinhou que a água fornecida à população era de excelente qualidade, sendo apenas submetida a um tratamento preventivo mínimo, não existindo, à data, razões para preocupações imediatas quanto à eventual contaminação resultante das recentes descargas no solo.

Contudo, alertou para o facto de que, caso aquela atividade se prolongasse por vários anos, poderia vir a constituir um risco sério para os aquíferos da região, dependendo das características das camadas geológicas subterrâneas existentes no território.

Foi ainda informado que, nos últimos oito a quinze dias, tinham sido tornadas públicas análises realizadas às águas da rede de abastecimento do município, as quais confirmavam a excelente qualidade da água distribuída e a inexistência de qualquer contaminação nas captações públicas, à data da verificação.

Sr. Vereador Joel Marques – Manifestou preocupação relativamente ao tema em apreço, tendo referido que a situação vinha sendo acompanhada com atenção.

Informou que, no dia anterior, teve oportunidade de participar numa manifestação promovida pela população residente nas urbanizações mais próximas dos terrenos onde estavam a ocorrer descargas que, no seu entendimento, revestiam natureza ilegal.

Destacou que o Presidente da Câmara havia reiterado, em diversas ocasiões, que foram remetidos pedidos e efetuados contactos com as entidades competentes para intervenção na matéria. No entanto, sublinhou que a Câmara Municipal de Setúbal não era uma entidade incompetente para agir diretamente.

Com efeito, precisamente por dispor de legitimidade e competência, a Câmara Municipal de Setúbal decidiu, no dia anterior, adotar uma medida concreta, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), no âmbito de uma decisão conjunta.

Apesar de não ter tido conhecimento de qualquer comunicado oficial emitido pelo Município relativamente a essa decisão específica, confirmou que a Câmara Municipal de Setúbal decidiu solicitar ao Ministério Público a suspensão temporária da atividade em causa.

Considerou que tal decisão foi correta, ainda que tardia, sendo frisado que o mais relevante, tanto para as populações como, presumivelmente, para o Presidente da Câmara, seria alcançar uma solução definitiva para o problema identificado.

Foi ainda referido que, do seu ponto de vista, não interessava atribuir culpas a qualquer entidade em particular, independentemente das responsabilidades que pudessem caber a cada uma. O essencial era que fossem tomadas medidas concretas e que o Ministério Público respondesse com a necessária celeridade ao pedido que lhe foi dirigido, atuando de forma rápida e eficaz.

Por fim, reforçou que a Câmara Municipal de Setúbal dispunha de competência legal para tomar decisões e adotar medidas no âmbito das suas atribuições, considerando-se que a deliberação tomada na véspera representava um exercício legítimo dessa competência.

Sublinhou que, embora integrada numa ação conjunta com outras entidades, a referida decisão constituía também uma responsabilidade direta da Câmara Municipal, no exercício dos seus deveres perante a população.

Sr. Presidente – Manifestou crítica relativamente à intervenção do senhor vereador, considerando que o uso de argumentos que classificou como "*desculpa de mau pagador*" e a alegação de dificuldades para intervir naquela matéria eram posicionamentos que lhe ficavam mal, dado que era do conhecimento geral o que efetivamente estava em causa naquela situação.

Esclareceu que, logo que os serviços de fiscalização municipal detetaram a situação em causa, procederam ao registo fotográfico e remeteram a informação recolhida para as entidades competentes, nomeadamente para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), enquanto entidade responsável pelo licenciamento da atividade em questão e, por conseguinte, dotada da competência necessária para atuar.

Referiu que, apesar de terem ocorrido várias reuniões técnicas entre os serviços da CCDR e os da Câmara Municipal, e de terem sido realizados diversos levantamentos e análises, a CCDR sempre sustentou que apenas interviria após receção dos resultados das análises.

Reiterou que a Câmara Municipal de Setúbal agiu sempre dentro do quadro das suas competências e envidou todos os esforços ao seu alcance. Acrescentou ainda ter conhecimento de que o Ministério Público se encontrava a acompanhar o processo, embora tal acompanhamento estivesse a decorrer na comarca de Évora, e não em Setúbal.

Sublinhou que a atuação da Câmara procurou pressionar a entidade dotada de competência própria para intervir na matéria, reconhecendo, em simultâneo, que o Ministério Público, sendo uma entidade independente, desenvolvia naturalmente a sua atividade de forma autónoma.

Disse que o que terá ocorrido foi que, provavelmente, determinada entidade começou a sentir-se pressionada face à mobilização da população e à atuação determinada da Câmara Municipal de Setúbal e das juntas de freguesia do concelho, o que terá levado essa entidade — que até então se recusara a exercer a sua competência própria — a convocar uma reunião.

Salientou que a Câmara Municipal de Setúbal é uma entidade que se relaciona de forma solidária com as demais instituições e que está sempre disponível para tomar medidas quando tal se revela necessário, como sucedeu no caso em apreço.

Informou que a Câmara aceitou a proposta de subscrever, em conjunto com outras entidades, um pedido ao Ministério Público no sentido de promover a intervenção que se impunha. No entanto, sublinhou que tal adesão não significava que o Município deixasse de afirmar, com clareza, que a entidade competente para o licenciamento da atividade em causa — a CCDR — sempre deteve essa competência, e continua a detê-la.

Reforçou que a própria CCDR confirmou, em sede de reunião da Comissão Municipal especialmente constituída para o efeito, que a empresa visada não dispunha de qualquer licenciamento para operar no território do concelho de Setúbal, nem havia submetido qualquer pedido nesse sentido.

Afirmou ainda que se podia interpretar a situação de diferentes formas, mas, no seu ponto de vista — e não obstante a solidariedade institucional que sempre pautou as relações entre entidades, e que continuaria a existir —, quando estavam em causa a saúde pública e a proteção do ambiente, o Município não podia, nem devia, pactuar com situações de inação.

Sublinhou que, respeitando as decisões e os tempos das demais entidades, a Câmara Municipal optou por agir publicamente e sempre afirmou, de forma inequívoca, que a responsabilidade pela intervenção cabia à CCDR.

Contudo, a referida entidade optou por não atuar de forma direta, tendo decidido convocar as demais entidades com competência na matéria para a subscrição de um pedido conjunto dirigido ao Ministério Público, com vista à sua intervenção na situação em causa.

Concluiu a sua intervenção afirmando que o Município não se demitia das suas responsabilidades, considerando, no entanto, que o mais importante teria sido que a iniciativa destinada a impedir a laboração da referida atividade tivesse sido tomada há já bastante tempo.

Por essa razão, reiterou que a postura adotada pelo senhor vereador lhe parecia particularmente infeliz, uma vez que todos estavam cientes do que efetivamente estava em causa na situação em apreço.

Sr. Vereador Joel Marques – Concordou plenamente que a iniciativa deveria ter sido tomada mais cedo, reconhecendo que a decisão conjunta adotada pelas três entidades, incluindo a Câmara Municipal, foi acertada, ainda que tardia.

Refutou a acusação de mau pagador, afirmando que mantém as suas contas em dia, pelo que tal crítica não se aplicava à sua pessoa.

Alertou para o facto de que as escorrências das águas contaminadas descarregadas nos terrenos em questão já estavam a afetar uma área adjacente, onde estava prevista a instalação de uma central fotovoltaica.

Comentou que a movimentação de terras naquele terreno poderia estar a provocar o deslocamento de solos contaminados, sugerindo ser importante que o município ou outra entidade competente realizasse uma averiguação para apurar se os solos se encontravam contaminados e se a movimentação em curso estaria a agravar o problema ambiental existente.

Sr. Presidente – Agradeceu a preocupação manifestada pelo senhor vereador e esclareceu que as imagens públicas evidenciavam claramente as águas retidas à superfície naquela área específica, a qual pertencia a uma propriedade distinta, onde se desenvolvia uma atividade licenciada para a instalação de painéis fotovoltaicos.

Informou que a situação estava a ser acompanhada pelo proprietário ou investidor do terreno, o que garantia o devido controlo da questão.

Ressaltou que a Câmara Municipal atuou com total transparência e em defesa do interesse público, assegurando uma adequada proteção dos interesses das populações, embora lamentasse que nem todas as entidades envolvidas tivessem adotado a mesma postura.

Por fim, reiterou que a Câmara Municipal continuaria a agir enquanto fosse necessário, manifestando a expectativa de que o Ministério Público interviesse com a necessária rapidez para impedir que a empresa em causa não apenas continuasse a operar, como também se deslocasse para outra localização.

Terminou afirmando que atividades conduzidas por investidores sem escrúpulos não deveriam ter lugar num país que se afirma como Estado de Direito, como é o caso de Portugal.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Referiu que foi o Partido Social Democrata (PSD) quem trouxe à discussão a matéria agora debatida. Manifestou lamento pelo facto de a reunião não ter começado por esse tema, mas sim por outra questão que, segundo o seu entendimento, era de menor gravidade, nomeadamente as marchas que recentemente decorreram em Setúbal.

Ao proceder a uma síntese das intervenções, dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal, concordando com a utilização do termo "*infratores*", mas acrescentando que considerava tratar-se de empresas e indivíduos com indícios de práticas de natureza criminal.

Salientou que a responsabilidade pela investigação dessas situações cabia ao Ministério Público, entidade na qual, até então, todos depositavam confiança. Contudo, reconheceu que o Ministério Público apresentava atrasos e, por vezes, ausência na sua atuação, especialmente em casos relacionados com os denominados direitos difusos.

Explicou que o Ministério Público se encontrava muito ocupado com questões criminais, cíveis e laborais, fazendo com que os direitos difusos ficassem para trás, mesmo quando estas outras áreas já se encontravam, por si só, atrasadas.

Destacou que a sociedade portuguesa enfrenta um problema estrutural na garantia dos seus direitos, decorrente do funcionamento do Ministério Público.

Em resposta às declarações do Presidente da Câmara Municipal dirigidas ao vereador Paulo Calado, considerou inacreditável a impunidade existente, a ausência de atuação eficaz por parte das autoridades competentes, bem como a impotência das demais entidades que deveriam intervir, uma vez que a entidade responsável não atuou inicialmente, apesar de tal lhe competir.

Manifestou, por fim, a sua preocupação com a situação em apreço e reforçou que, embora também se preocupasse com as marchas, o tema ora debatido merecia ainda maior atenção. Destacou que a matéria fora trazida à reunião com o intuito de lhe conferir maior repercussão pública e comprometendo-se a continuar o seu acompanhamento.

Sr. Vereador Fernando Negrão - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 18 a 20.

“Saudação

Festival Internacional de Cinema de Tróia (FESTROIA) - Associação Cultural

O Festival Internacional de Cinema, organizado entre 1985 e 2014 pela Associação Cultural Festroia, deixou uma marca indelével na vida cultural de Setúbal e no panorama cinematográfico nacional. Através da sua programação exigente e criteriosa, o festival destacou-se por dar palco ao cinema independente e por promover obras de grande valor artístico, provenientes de geografias menos representadas, contribuindo para a diversidade cultural e o enriquecimento do público.

Desde a sua formalização em 1987, a Associação Cultural Festroia tem sido uma referência no apoio e na divulgação da sétima arte em Portugal. Ao longo dos anos, tem demonstrado um compromisso firme com a promoção de projetos culturais que valorizam a criatividade, a expressão artística e o acesso à cultura como elemento central da cidadania.

Os vereadores do PSD enaltecem o percurso da Associação Cultural Festroia, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento cultural do concelho. Reafirmamos a nossa valorização por projetos que, como este, contribuem para uma sociedade mais informada, plural e culturalmente rica. Que a dedicação ao cinema e ao diálogo cultural continue a inspirar e a aproximar a comunidade.”

“Saudação

Grupo Desportivo “Os Amarelos”

O Grupo Desportivo “Os Amarelos” alcançou um feito assinalável ao sagrar-se campeão nacional de clubes no Campeonato Nacional de Pesca em Barco Fundeado – Época de 2024.

A conquista, concretizada no passado dia 1 de junho, em Peniche, constitui motivo de legítimo orgulho para o concelho de Setúbal e atesta a excelência e o mérito dos seus atletas.

Organizada pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva do Alto Mar, esta competição nacional contou com a participação de diversas equipas provenientes de todo o território nacional, sendo disputada em três etapas, duas das quais realizadas ao largo da costa de Setúbal. Os atletas Gilberto dos Reis, Luís Serrão, José Rolo, João Berardo Farinha e Bruno Cabrita distinguiram-se, ao longo de todo o campeonato, pela sua competência técnica, espírito de equipa e elevado sentido de compromisso desportivo.

Os vereadores do PSD endereçam as mais sinceras felicitações ao Grupo Desportivo “Os Amarelos” por esta conquista de grande prestígio e relevância, destacando o valioso contributo do clube para a afirmação do desporto no nosso concelho. Esta vitória representa não apenas um êxito desportivo, mas o reconhecimento do esforço, da perseverança e do trabalho de excelência desenvolvido por esta coletividade. Que este triunfo seja inspiração para as gerações vindouras e permita a continuação de um percurso de sucessos que enobrece Setúbal.”

“Saudação

Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau

Fundado em 1993, o Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau tem assumido, ao longo de mais de três décadas, um papel ativo na dinamização do bairro e na promoção de atividades que valorizam a vida comunitária. A sua história é marcada pela proximidade às pessoas, pela promoção do desporto, da cultura e da solidariedade, sempre em articulação com o movimento associativo da cidade.

São 32 anos de trabalho contínuo em prol do desenvolvimento local, que evidenciam o impacto positivo que uma associação empenhada pode ter no território onde se insere. O Núcleo construiu um percurso assente em valores de participação, inclusão e dedicação, contribuindo decisivamente para o fortalecimento dos laços sociais no bairro Santos Nicolau.

Os vereadores do PSD parabenizam o Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau pelo seu 32.º aniversário e enaltecem o contributo que tem dado à comunidade ao longo dos anos. Reafirmamos o nosso compromisso com o associativismo local e reconhecemos a importância de continuar a valorizar quem, com espírito voluntário e sentido de missão, promove o bem-estar coletivo e reforça a identidade da nossa cidade.”

Sr. Vereador Paulo Calado - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 21 e 22.

“Saudação

Associação ABRAÇO

O PSD Setúbal assinala com respeito e reconhecimento o aniversário da ABRAÇO, uma instituição que, desde 1992, tem desempenhado um papel notável na resposta social e humana ao VIH/SIDA em Portugal.

A ação da ABRAÇO tem sido marcada por um trabalho de proximidade, informação e apoio àqueles que enfrentam o desafio da doença, bem como às suas famílias. Ao longo dos anos, afirmou-se como uma entidade que combate, com firmeza, o estigma e a discriminação, promovendo a inclusão e o acesso à saúde.

A sua atuação junto da comunidade é um exemplo de como o terceiro setor pode ser motor de mudança social, promovendo respostas eficazes e humanas, onde muitas vezes o Estado não chega.

Neste aniversário, o PSD Setúbal parabeniza a ABRAÇO e deixa uma palavra de apreço a todos os que integram a associação – dirigentes, técnicos e voluntários – pelo percurso realizado e pelo valioso contributo que têm dado à sociedade portuguesa, com especial impacto junto das populações mais vulneráveis. Reafirmamos o nosso respeito pelo trabalho desenvolvido e o compromisso com uma sociedade que valoriza o cuidado, a solidariedade e a dignidade de todos.”

“Saudação

Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa

A Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa (AMBAC) tem afirmado, desde a sua fundação a 14 de junho de 2018, o seu papel como agente ativo na valorização da vida comunitária e na defesa dos interesses dos residentes. A sua atuação assenta numa herança de participação cívica que honra a tradição do movimento associativo em Setúbal.

Ao longo dos últimos sete anos, a AMBAC tem contribuído para o reforço do sentido de pertença e para a promoção da ajuda entre vizinhos, através de iniciativas que incentivam o diálogo, a proximidade e a melhoria do espaço urbano. O seu trabalho é reflexo de um compromisso persistente com a dignidade das pessoas e com o bem-estar do bairro.

Os vereadores do PSD parabensam a AMBAC pelo seu sétimo aniversário e reconhecem o impacto positivo que tem gerado junto da comunidade. Reafirmamos a importância de valorizar e apoiar o associativismo local como instrumento de coesão social e desenvolvimento, e manifestamos a nossa disponibilidade para colaborar na construção de uma cidade mais justa, cuidada e inclusiva.”

Sr. Vereador Fernando Negrão - Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 23.

“Voto de Pesar

Jacinto Tadeu

No passado dia 9 de junho, Setúbal despediu-se de uma das suas figuras mais queridas da arte popular local: Jacinto Tadeu, conhecido por todos como “Jacinto das Bicicletas”. Durante quase quatro décadas, foi presença diária na Praça do Bocage, onde criava, com mestria e dedicação, bicicletas em arame que encantaram gerações e viajaram pelo mundo.

Natural de Silves, no concelho do Fundão, Jacinto Tadeu passou por várias experiências de vida, desde ter vivido num seminário em Braga, a ter sido emigrante em França antes de se fixar em Setúbal, em 1974. Aqui encontrou o seu lugar, tornando-se parte da identidade da cidade através do artesanato que desenvolveu com paixão e talento.

A sua simpatia, resiliência e entrega à arte fizeram do artesão uma figura singular no panorama cultural local, deixando uma marca profunda na comunidade.

Os vereadores do PSD expressam o seu pesar pelo falecimento de Jacinto Tadeu e endereçam à família e amigos as mais sentidas condolências. A sua memória continuará viva nas ruas da cidade, nos afetos dos setubalenses e na beleza das suas criações.”

Sra. Vereadora Graciete Vasco - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 24 a 26.

“Saudação

Aniversário da ABRAÇO

A ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA, fundada em 1992, celebrou o seu 33.º aniversário no dia 5 de junho.

Com delegações em Portugal continental e ilhas, inclusive no concelho de Setúbal, esta associação desempenha um papel crucial junto das comunidades, procurando promover a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas infetadas e afetadas pelo vírus do VIH/SIDA e a prevenção da infeção VIH, hepatites víricas e outras infeções sexualmente transmissíveis.

Neste sentido, a ABRAÇO organiza e desenvolve iniciativas, atividades e projetos nas áreas da saúde e investigação, prevenção e rastreio, ação e apoio social, e promoção da qualidade de vida, intervindo também junto dos atores políticos.

Oferece às populações um leque variado de serviços, como rastreios e acesso à PrEP, respostas sociais (Centro de atendimento e acompanhamento psicossocial; Serviço de apoio domiciliário; Unidade Residencial; Habitação Assistida e Partilhada; Cantina Social; Projeto ABC – Ser Criança; Projeto Passo a Passo; Nido Montessori Lisboa) e serviços clínicos (Espaço de Consultas de Psicologia Clínica /Psicoterapia; Gabinete Médico Dentário).

O trabalho desenvolvido pela ABRAÇO na promoção do bem-estar das pessoas infetadas, no controlo da propagação do VIH e outras IST, por meio da sensibilização, prevenção e diagnósticos precoces, e no combate à discriminação e desinformação, através da desconstrução de estigmas e estereótipos associados à infeção, é amplamente reconhecido e valorizado.

Segundo o Relatório “Infeção por VIH em Portugal – 2024”, houve uma redução de 36% no número de novos casos de infeção por VIH e de 66% em novos casos de SIDA entre 2014 e 2023. No entanto, Portugal continua a apresentar taxas de novos diagnósticos superiores aos valores médios registados na União Europeia.

O distrito de Setúbal é o terceiro distrito do país com o maior número de novos diagnósticos, ficando apenas atrás de Lisboa e Porto. Quanto à taxa média de novos diagnósticos de infeção (2019-2023) nos municípios com taxas superiores à taxa nacional, o concelho de Setúbal encontra-se em 12.º lugar, tendo sido diagnosticados 80 casos de VIH.

O Programa Nacional para as Infeções Sexualmente Transmissíveis e Infeção pelo VIH monitorizou as atividades referentes à prevenção da infeção por VIH efetuadas em 2023, como a distribuição de materiais preventivos, o Programa de Troca de Seringas, a profilaxia pré-exposição ao VIH (PrEP) e a profilaxia pós-exposição (PPE), tendo estas apresentado um balanço positivo.

O Relatório dá ainda destaque a um estudo realizado a nível europeu, que revelou que cerca de 31% dos profissionais dos serviços de saúde inquiridos em Portugal apresentavam alguma forma de estigma, motivado pela falta de formação específica e de experiência prática com pessoas que vivem com VIH.

Reconhecendo a necessidade premente de continuar a lutar pelos direitos e interesses das pessoas infetadas e contra a propagação das infeções sexualmente transmissíveis, desinformação e discriminação, os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam a ABRAÇO, a Delegação de Setúbal da associação, órgãos sociais, sócios e trabalhadores das demais valências por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho.”

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau

O Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau celebrou o seu 32.º aniversário no dia 11 de junho.

Fundada em 1993, esta importante entidade do movimento associativo do concelho tem contribuído significativamente para a dinamização do território onde se insere e para difusão e preservação das tradições e da cultura setubalenses.

Com atividades de cariz desportivo, cultural e recreativo – desde a modalidade de futebol 7 no escalão de veteranos, à pesca desportiva de alto-mar, às noites de fado, à Revista à Portuguesa e às Marchas Populares –, o Núcleo desempenha um papel crucial junto da

 20/36

comunidade, com um trabalho amplamente reconhecido pelas populações, movimento associativo e poder local.

A existência de um tecido associativo forte e dinâmico é um fator essencial para o desenvolvimento integral e sustentável dos territórios a nível local, devendo as entidades que o compõe ser alvo do devido reconhecimento e valorização por parte das autarquias, seja através da criação de sinergias que potenciem a sua atividade, seja pela garantia das condições necessárias ao seu funcionamento.

Transmitindo o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por esta coletividade, que tem demonstrado ser imprescindível para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, para a criação e fortalecimento dos laços comunitários e para valorização dos costumes e identidade cultural setubalenses, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Amigos do Bairro Santos Nicolau, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa

A Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa assinalou, no dia 14 de junho, o seu 7.º aniversário.

Fundada em 2018, com o objetivo de representar e defender os interesses dos moradores do Bairro Afonso Costa junto do poder local, de forma a promover o seu bem-estar e qualidade de vida, tem fomentado o convívio, a partilha e o reforço das redes de vizinhança no bairro.

A AMBAC tem também demonstrado ser um parceiro essencial do poder local, colaborando, em diversos momentos, com a Junta de Freguesia de São Sebastião e com a Câmara Municipal de Setúbal, mas também com outras entidades do movimento associativo setubalense. Estas relações colaborativas têm permitido a concretização de diversas iniciativas, das quais são exemplos recentes os eventos realizados no âmbito das celebrações dos 51 anos do 25 de Abril e do Dia Mundial da Criança.

As associações de moradores são, assim, importantes entidades, através das quais os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente, defendendo as necessidades da sua comunidade, organizando iniciativas de interesse coletivo e fortalecendo a democracia local.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Moradores do Bairro Afonso Costa, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sr. Vereador Domingos Semedo - Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 27.

“Voto de Pesar

Falecimento de Jacinto Tadeu

Jacinto Tadeu, mais conhecido por “Jacinto das Bicicletas”, faleceu no passado dia 9 de junho, aos 71 anos.

Natural de Silvaes, freguesia do concelho da Fundão, frequentou o seminário junto ao Bom Jesus de Braga, onde aprendeu a fazer artesanato e alguns “bonequinhos” em arame.

Aos 16 anos, emigrou para França, onde trabalhou numa fábrica de cerâmica e na indústria hoteleira. Em 1974, fixou-se em Setúbal e trabalhou durante alguns meses no café ‘A Brasileira’, antes de se dedicar a 100% ao artesanato – a sua verdadeira vocação.

Durante mais 30 anos, fez da janela manuelina da Igreja de S. Julião, na Praça do Bocage, a sua discreta e icónica banca, onde vendia bicicletas em miniatura – verdadeiras obras de arte, fruto de um trabalho minucioso e de um talento singular.

Jacinto construiu mais de 30 mil modelos, alguns deles personalizados, que, pela mão de turistas e colecionadores, chegaram aos 4 cantos do mundo.

Em 2016, é forçado a abandonar a sua atividade por motivos de saúde.

Mais do que o vazio deixado pela sua morte, Jacinto deixa-nos um legado de simplicidade, arte e dedicação a Setúbal, cidade que o adotou e onde se tornou uma figura popular, acarinhada pela população.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista transmitem à família, amigos e todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência as mais sentidas condolências.”

Seguiu-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 387/2025 – Proposta n.º 26/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública relativa ao pedido de Tupem: Imersão de dragados resultantes de dragagens no Porto de Setúbal – Ratificação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 388/2025 – Proposta n.º 27/2025 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da consulta pública do projeto de relatório de “Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica – RH6”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 389/2025 – Proposta n.º 28/2025 – GAP – Autorização para a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de obras previstas no PPI 2025-2029 dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

4. Deliberação n.º 390/2025 – Proposta n.º 29/2025 – GAP – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 dos SMS – Criação de 24 postos de trabalho

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

5. Deliberação n.º 391/2025 – Proposta n.º 30/2025 – GAP – Designação do júri de procedimento concursal de recrutamento para provimento de 1 cargo de direção intermédia de 1.º grau do Mapa de Pessoal dos SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 392/2025 – Proposta n.º 03/2025 – GADSEA – Candidatura ao Programa ECOXXI 2025

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 393/2025 – Proposta n.º 01/2025 – SMPCB – Proposta de procedimento de Consulta Pública ao Projeto de Regulamento Municipal de Uso do Fogo de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 a 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 394/2025 – Proposta n.º 119/2025 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 a 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

9. Deliberação n.º 422/2025 – Proposta n.º 120/2025 – DAF/DICOR – Procedimento de abertura da contratação de empréstimo de médio/ longo prazo – Aquisição de 24 fogos localizados no distrito de Setúbal - Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

10. Deliberação n.º 423/2025 – Proposta n.º 121/2025 – DAF/DICOR – Procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Partes não habitacionais das empreitadas “Requalificação do Bairro Amarelo” e “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de habitação unifamiliar”. - Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

11. Deliberação n.º 395/2025 – Proposta n.º 122/2025 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito na Praceta da Amizade n.º 1, 2.º esquerdo, na União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 396/2025 – Proposta n.º 15/2025 – DRH/DIDEC – Proposta de Regulamento Interno de Formação Profissional

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 a 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 397/2025 – Proposta n.º 16/2025 – DRH/DIDEC – Proposta de Regulamento de Estágios Curriculares e Profissionais

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 a 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

 24 / 36

14. Deliberação n.º 398/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DRH/DIGAT – Abertura de Procedimentos Concursais para Cargos de Direção Intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 a 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 399/2025 – Proposta n.º 18/2025 – DRH/DIGAT – 4.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2024

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 e 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 400/2025 – Proposta n.º 05/2025 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 401/2025 – Proposta n.º 17/2025 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico 2025/2026

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 77 a 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 402/2025 – Proposta n.º 21/2025 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2025/2026 – Fichas de Apoio/Cadernos de Atividades

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 403/2025 – Proposta n.º 77/2025 – DCDJ/DICUL – Sociedade Filarmónica Providência - Apoio à Festa em honra de Nossa Senhora da Saúde – 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 85 e 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 404/2025 – Proposta n.º 78/2025 – DCDJ/DICUL – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 87 e 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 405/2025 – Proposta n.º 79/2025 – DCDJ/DIDES – Associação Desportiva e Recreativa Amigos da Azeda – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 89 e 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 406/2025 – Proposta n.º 80/2025 – DCDJ/DIDES – Núcleo de Bicross de Setúbal – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 91 e 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 407/2025 – Proposta n.º 81/2025 – DCDJ/DIDES – Clube de Motorismo de Setúbal – Rampa da Arrábida 2025 – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 93 e 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26 / 36

24. Deliberação n.º 408/2025 – Proposta n.º 98/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Pormenor da frente norte da Avenida Luísa Todi (PPFNALT) - Processo n.º 188

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 95 a 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 409/2025 – Proposta n.º 99/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Urbanização da entrada norte da cidade de Setúbal - Processo n.º 193

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 102 a 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 410/2025 – Proposta n.º 100/2025 – DURB/DIPU – Alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal (PPFRS) - Processo n.º 159

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 107 a 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 411/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DURB/DIPU – Alteração do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) - Processo n.º 1009C/17

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 112 a 120, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 412/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DURB/GAPRU – Cessação (provisória) de efeitos jurídicos da zona de pressão urbanística ARU Setúbal Central - Processo n.º 16/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 121 e 122.

Sr. Vereador Joel Marques – Questionou se, conforme a interpretação dos vereadores do Partido Socialista (PS), o que estava em causa consistia apenas na cessação dos efeitos da Zona de Pressão Urbanística (ZPU), mantendo-se, contudo, a Área de Reabilitação Urbana (ARU).

 27 / 36

Acrescentou que, caso assim fosse, todas as condições de que os particulares poderiam beneficiar no âmbito da reabilitação de imóveis inseridos na ARU permaneceriam válidas, sendo apenas suspensos os efeitos da ZPU.

Indagou ainda se, com a suspensão da ZPU, ficariam igualmente suspensos os efeitos do artigo 112.º-B do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em particular a majoração até ao décuplo do valor do imposto sobre prédios urbanos ou frações autónomas devolutas há mais de um ano, prédios em ruínas e terrenos expectantes.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Explicou que o objetivo era, efetivamente, a suspensão temporária da Zona de Pressão Urbanística (ZPU) da zona correspondente à Área de Reabilitação Urbana (ARU) central, dado que, segundo o esclarecimento constante do acórdão referido, a operação de reabilitação urbana correspondente não se encontrava aprovada.

Esclareceu que as outras duas ARU existentes no concelho possuem operações de reabilitação urbana devidamente aprovadas, pelo que consideravam pertinente a suspensão da mencionada ZPU.

Acrescentou que, por analogia, ficariam igualmente suspensos todos os efeitos previstos para aplicação à ZPU.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 413/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração no decorrer da obra - Processo n.º 4/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 123, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 414/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de dois edifícios destinados a um empreendimento turístico - Processo n.º 6/23

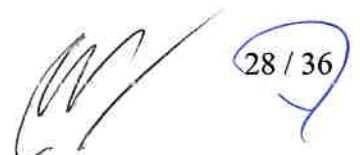
A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 124, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 415/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 35/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 125, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



28 / 36

32. Deliberação n.º 416/2025 – Proposta n.º 106/2025 – DURB/GAPRU – Atribuição de título de utilização privativa de Recursos Hídricos para instalação de esplanadas de apoio a quiosque - Processo n.º 75/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 126, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 417/2025 – Proposta n.º 107/2025 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração e ampliação de dois edifícios - Processo n.º 147/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 127, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 418/2025 – Proposta n.º 108/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de obras de alteração - Processo n.º 247/24

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 128, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 419/2025 – Proposta n.º 109/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão de licença – Obras de alteração e ampliação - Processo n.º 281/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 129, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 420/2025 – Proposta n.º 110/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento para uso privativo - 1 lugar, na Praceta Luís Vilaverde

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 130 a 132, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 421/2025 – Proposta n.º 111/2025 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de proibição de exceder a velocidade máxima de 30 km/h., na Estrada de Santo Ovídio

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 133 a 135, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Mário – Cumprimentou o Senhor Presidente e os senhores vereadores, referindo estar presente novamente para tratar do tema dos orçamentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), conforme já havia discutido anteriormente com o Senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Esclareceu que lhe foi fornecida apenas uma minuta com os valores, sem acesso a qualquer um dos orçamentos assinados pela Câmara Municipal. Relatou que lhe entregaram as plantas do projeto, mas nenhum outro documento que comprovasse a veracidade dos valores indicados.

Acrescentou que necessitaria de contactar novamente a Senhora Engenheira Lénia para saber quando poderia consultar a totalidade dos documentos relacionados com esse processo, pois a pasta recebida continha apenas as plantas com as dimensões do edifício, carecendo de outros elementos que lhe conferissem maior confiança quanto aos valores apresentados. Informou que, relativamente a essa questão, manteria contacto direto com a Engenheira.

Passou, então, a abordar os outros dois assuntos de interesse. Em primeiro lugar, mencionou a situação dos veículos abandonados, sublinhando que já haviam decorrido sessenta dias desde que o problema fora reportado e que, até ao momento, nada se alterara. Perguntou quais as decisões tomadas pela Senhora Vereadora relativamente às circunstâncias anteriormente relatadas por si.

Sr. Presidente – Recordou que, da última vez em que o Senhor Mário esteve presente, fora acordado que iria contactar o responsável pelo serviço, o qual lhe forneceria informações acerca dos veículos que não podiam ser removidos, seja por motivos judiciais ou outros.

Senhor Mário – Explicou que tinha ido ao local, mas o responsável pelo serviço não se encontrava presente. Contactou uma senhora cujo nome não recordava com precisão — mencionou que poderia tratar-se de Carla Machado ou Sandra Machado. Informou que havia remetido por email, anteriormente, uma comunicação sobre o assunto, mas que não tinha recebido qualquer resposta, e que a situação permanecia inalterada.

Acrescentou que, relativamente aos veículos alegadamente sujeitos a ordens judiciais, considerava tal argumento como uma desculpa, dado que os carros se encontravam efetivamente abandonados. Sublinhou que bastaria a presença do serviço de reboques para proceder à remoção, uma vez que os veículos não possuíam inspeção, seguro ou qualquer outra documentação válida.

Por fim, colocou ainda um terceiro ponto, questionando acerca das providências tomadas relativamente à situação dos pilaretes, tendo em conta que o Senhor Presidente lhe tinha assegurado que seriam tomadas medidas, mas que já tinham decorrido quinze dias sem qualquer alteração.

30 / 36

Sr. Presidente – Respondeu que não aceitava a afirmação de que a situação permanecia inalterada. Recordou que havia solicitado ao Senhor Mário que efetuasse uma verificação detalhada, matrícula por matrícula, para apurar se algum dos veículos se encontrava impedido de ser removido devido a mandados judiciais ou outras restrições legais. Explicou que, por vezes, as razões que impedem a remoção são diversas e que ele próprio desconhecia muitas dessas situações.

Por esse motivo, pediu que essa verificação fosse realizada junto dos serviços competentes, para que, posteriormente, pudessem discutir o assunto de forma mais concreta. Acrescentou que também manteria contacto direto com os serviços para compreender os motivos pelos quais certos veículos ainda não tinham sido removidos, destacando, porém, que seria imprescindível, antes de tudo, apurar se os casos referidos pelo Senhor Mário estavam ou não abrangidos pelas restrições legais, o que só poderia ser confirmado mediante autorização das entidades competentes.

Sr. Mário – Respondeu que já haviam decorrido mais de sessenta dias desde a declaração do Senhor Presidente, na qual este afirmara desconhecer a situação. Acrescentou que, nesse intervalo, o Presidente já se encontrava suficientemente informado, pois o assunto fora reiteradamente trazido à discussão em diversas intervenções anteriores. Por esse motivo, sustentou que a alegada falta de conhecimento já não poderia ser considerada uma justificativa válida para a persistência do problema.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Interveio, esclarecendo que, naquela rua, tinham sido removidos dez veículos desde o final do ano anterior, sendo que muitos desses automóveis foram recolhidos e, posteriormente, estacionados novamente no mesmo local pelos respetivos proprietários. Sublinhou que o concelho dispunha de cerca de duas mil ruas, o que exigia uma ponderação realista quanto à capacidade de resposta dos serviços municipais no que respeita à recolha de viaturas abandonadas. Explicou que, em diversos casos, os veículos eram efetivamente removidos, mas os seus proprietários dirigiam-se à Câmara para os recuperar, voltando depois a deixá-los na via pública.

Considerou que o Sr. Mário procedia corretamente ao enviar os seus pedidos por correio eletrónico, uma vez que os mesmos eram encaminhados para os serviços competentes, que lhes davam o devido seguimento formal.

No entanto, sublinhou que aquela reunião não era o espaço mais apropriado para o tratamento pormenorizado da matéria, sendo mais adequado continuar a tratar do assunto diretamente com os serviços, com os quais, segundo referiu, o Sr. Mário já mantinha um contacto frequente.

Sr. Mário – Tentou ainda intervir novamente, sublinhando que os seus cinco minutos de intervenção ainda não tinham terminado. Indicou que pretendia apenas concluir com uma última observação, afirmando que, enquanto o serviço de remoção de viaturas era assegurado por funcionários da própria Câmara Municipal, o processo decorria com eficácia. Contudo, desde que esse serviço fora entregue a uma empresa externa, deixou de funcionar de forma satisfatória.

Finalizou a sua intervenção reiterando a sua disponibilidade para continuar o diálogo, referindo que os serviços dispunham do seu contacto telefónico e que bastaria agendar para prosseguir com a articulação necessária.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do Sr. Mário, afirmando que a Câmara Municipal estava igualmente disponível para colaborar no esclarecimento de todas as dúvidas apresentadas.

(intervenção inaudível)



Handwritten signature and page number 31 / 36.

Sra. Ana – Explicou que a Associação Direito ao Descanso Setúbal foi criada em resposta à necessidade de dar voz às preocupações e necessidades da população da cidade relativamente ao problema do ruído urbano, em particular o ruído noturno.

Referiu que partilharam com o Sr. Presidente — que recentemente tinha destacado, nas redes sociais, a importância da participação cidadã — a convicção de que os cidadãos, através da sua vivência e envolvimento, desempenham um papel fundamental no apoio às autarquias, contribuindo para uma melhor compreensão e resposta às suas aspirações. Informou que, nesse espírito, e desde o início da sua atividade em novembro de 2023, a Associação tem mantido uma postura de informação, alerta e cooperação construtiva com os serviços camarários responsáveis pelas áreas do ambiente e da fiscalização, relativamente aos diversos problemas associados ao ruído noturno no concelho.

Acrescentou que, nas últimas semanas, a Associação tinha tentado, sem sucesso, obter respostas das Senhoras Vereadoras relativamente a quatro assuntos pendentes, considerados urgentes e de interesse público, os quais tinham sido abordados numa reunião realizada cerca de um mês antes, reunião essa agendada após insistência por parte da Associação.

Referiu que, durante essa reunião, lhes tinham sido prometidas respostas que até à data ainda não haviam sido disponibilizadas. Afirmou que, para que a participação cidadã fosse efetiva e não se limitasse a um conceito abstrato, e para que os cidadãos e as suas associações se sentissem verdadeiramente respeitados e considerados, era essencial que existisse um diálogo aberto, constante e reativo às circunstâncias e à atualidade.

Explicou que, por essa razão, a Associação se encontrava naquela sessão pública para solicitar, de forma transparente, as respostas que não tinham conseguido obter através do diálogo informal. Indicou que dariam especial enfoque a dois dos quatro temas em questão, uma vez que os restantes haviam sido já remetidos ao cuidado da advogada da Associação.

Informou que o primeiro tema se relacionava com o Yard Festival, que decorreu entre os dias 22 e 25 de maio, nas Areias Brancas. Recordou que, conforme acordado, a Associação tinha enviado à Câmara Municipal a sua análise sobre o impacto do evento, baseada no elevado número de queixas recebidas — mais de setenta — que incluíram abaixo-assinados e diversas denúncias remetidas diretamente à Associação.

Sublinhou ainda a diversidade das localidades afetadas pelo ruído do evento, mencionando a Quinta do Conde, Brejos de Azeitão, Pinhal do General, Fernão Ferro e Vila Nogueira de Azeitão. Acrescentou que membros da própria Associação estiveram presentes no local, na noite de sábado, dia 24 de maio, tendo sido realizada uma medição acústica *ad hoc*.

Referiu que, segundo a análise realizada pela Associação, existiam indícios de que, na noite de sexta-feira para sábado, os limites horários autorizados para o evento não tinham sido respeitados, e que as medidas de mitigação do ruído, que tinham sido previamente asseguradas pelos organizadores — e que fundamentaram a emissão da licença especial de ruído — não alcançaram os resultados desejados.

Sublinhou que, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas e compreender qual seria a posição da Câmara Municipal perante um novo pedido de licença especial de ruído — cuja apresentação considerava previsível, tendo em conta que o festival seguinte já se encontrava oficialmente anunciado para o dia 19 de julho, ou seja, dentro de um mês — a Associação solicitara o acesso aos registos dos limitadores de som utilizados durante o evento. Informou que esse pedido permanecia, até à data, sem qualquer resposta por parte dos serviços municipais.

Dirigindo-se diretamente à Sra. Vice-Presidente Carla Guerreiro, questionou, com base nos elementos disponíveis tanto da parte da Câmara como da Associação, qual era a posição da autarquia relativamente aos próximos eventos anunciados para o recinto das Areias Brancas, a promover pelos mesmos organizadores, tendo em consideração o disposto no artigo 22.º, n.º 6 do regulamento municipal, o qual estabelece que a emissão de nova licença especial de ruído está condicionada à inexistência de antecedentes de reclamações.

Dirigiu-se também à Sra. Vereadora Rita Carvalho, questionando qual seria o desfecho a dar ao pedido de licenciamento do espaço das Areias Brancas como recinto de espetáculos, dado

que, segundo informação da própria Câmara, o processo se encontrava já em fase final de aprovação. Perguntou ainda se a Senhora Vereadora confirmava — salvo erro da Associação — que, uma vez obtido esse licenciamento, o espaço passaria a ser enquadrado como uma atividade ruidosa permanente, ficando sujeito ao disposto nos artigos 15.º a 20.º do regulamento municipal do ruído.

Passando ao segundo tema da sua intervenção, informou que este dizia respeito à entrada em vigor da obrigatoriedade de instalação de limitadores de som nos estabelecimentos abrangidos pelo regulamento, com prazo até ao final de julho de 2025, bem como à subsequente obrigação de manutenção de portas e janelas encerradas durante os períodos de atividade ruidosa, a partir do final de setembro do mesmo ano. Explicou que a Associação tomara conhecimento, por via de um dos seus associados, da possibilidade de prorrogação do prazo legal para ambas as medidas, invocando-se, alegadamente, motivos de força maior, cuja avaliação seria feita caso a caso e sujeita a deferimento mediante justificação fundamentada. Lamentou que essa informação não tivesse sido partilhada diretamente com a Associação.

Acrescentou que, após consulta a oito fornecedores de limitadores de som e a seis empresas acreditadas para a instalação e calibração dos respetivos dispositivos, a Associação concluiu que não se verificava — nem se previa que viesse a verificar-se — qualquer escassez de equipamentos ou de técnicos acústicos que pudesse fundamentar a não observância dos prazos estabelecidos no regulamento, os quais considerava já suficientemente alargados. Concluiu, por isso, que tais justificações não poderiam ser aceites como válidas pelos serviços competentes. Informou ainda que a lista das empresas contactadas seria remetida por correio eletrónico até à sexta-feira seguinte.

Dada a urgência da situação — restando apenas cinco semanas para o cumprimento do prazo — a representante da Associação reiterou o convite já enviado há praticamente um mês, que não havia obtido resposta, para a realização de uma reunião com a Câmara Municipal a fim de discutir várias considerações técnicas essenciais para a correta aplicação do artigo 17.º do regulamento. Sugeriu, nesse contexto, que a Associação fosse acompanhada por um perito com experiência relevante na matéria, nomeadamente o Sr. Martins, da empresa Net Audio Control, que havia participado ativamente no processo de implementação de limitadores de som na cidade de Faro.

Por fim, reafirmou o compromisso da Associação com a colaboração com os serviços da Câmara e agradeceu antecipadamente pelas respostas às questões apresentadas. Reafirmou também a disponibilidade da Associação para colaborar em qualquer outro assunto relacionado com o tema do ruído urbano e seu impacto na população.

Concluiu sua intervenção agradecendo a atenção do Sr. Presidente, das senhoras e senhores vereadores, e desejando boa noite a todos os presentes.

Sr. Presidente – Respondeu às questões colocadas afirmando que, como era compreensível, não dispunha de conhecimento detalhado sobre todos os temas abordados. Esclareceu que, caso as Senhoras Vereadoras não tivessem, naquele momento, nenhuma intervenção a acrescentar, a intervenção da representante da Associação ficaria devidamente registada. Sublinhou, ainda, que, como era habitual, existia total disponibilidade por parte da Câmara Municipal para, em reuniões particulares, confrontar as situações e as posições apresentadas, com vista à sua eventual resolução.

Recordou ainda que tinha havido uma alteração ao regulamento municipal do ruído, a qual fora, em parte, motivada por um conjunto de contributos provenientes da população em geral e também da Associação em causa. Referiu que a autarquia constatava que diversas entidades com atividades ruidosas se deparavam com dificuldades no cumprimento, dentro dos prazos estipulados, das intervenções necessárias à conformidade com o novo regulamento.

Sublinhou, contudo, que a Câmara Municipal procurava assegurar o cumprimento da legislação relativamente às obrigações impostas a terceiros, sem deixar de compreender as

limitações técnicas e os investimentos exigidos para que essas situações pudessem ser regularizadas de acordo com a nova normativa.

Considerou tratar-se de uma questão de elevada importância e sublinhou que esse era o caminho traçado pela Câmara Municipal: garantir o cumprimento do regulamento em vigor, ao mesmo tempo que se criavam condições para que os empresários pudessem continuar a exercer a sua atividade. Destacou que estavam em causa não apenas os estabelecimentos, mas também os postos de trabalho e as pessoas que dependiam diretamente desses setores para a sua subsistência.

Afirmou que esse era, na sua opinião, o caminho mais certo e adequado para alcançar os objetivos definidos aquando da aprovação do regulamento. Acrescentou que, tanto quanto era do seu conhecimento, tinham já ocorrido reuniões com empresários e seus representantes, nas quais foi assumido o compromisso de proceder, de forma progressiva, à regularização da situação, através da aquisição dos equipamentos necessários e da realização dos investimentos indispensáveis para o cumprimento das exigências estabelecidas no regulamento municipal.

Sra. Ana – Solicitou a palavra antes da intervenção das senhoras vereadoras acerca dos temas por si levantados. Dirigindo-se ao Sr. Presidente, afirmou que a grande maioria dos estabelecimentos que geravam ruído noturno em Setúbal — particularmente na zona do bairro ribeirinho — não haviam efetuado qualquer investimento durante vários anos. Salientou que quem acabava por suportar os encargos decorrentes do ruído eram os moradores, muitos dos quais foram forçados a investir em soluções como a instalação de janelas duplas ou, em casos mais graves, a mudar de residência.

Sr. Presidente – Interrompendo a intervenção, declarou que não pretendia discutir o passado, por entender que, neste caso, tal questão não era relevante para a presente discussão.

Sra. Ana – Insistindo, afirmou que, durante anos, os estabelecimentos apenas se preocuparam em economizar, não tendo assumido qualquer despesa relevante para a mitigação do ruído.

Sr. Presidente – Afirmou que a Sra. Ana dispunha de cinco minutos para intervir, tempo esse que já havia utilizado. Acrescentou que, a partir daquele momento, seriam apresentadas as respostas por parte da Câmara Municipal, esclarecendo que, gostassem ou não das respostas, eram essas as que existiam, e que aquele não era um espaço para diálogo, por não o permitir o regulamento. Destacou que, embora o passado tivesse importância como registo, o foco naquele momento seria o futuro.

Referiu que muitos empresários já tinham sido notificados pela fiscalização municipal, com as situações devidamente identificadas. Informou que as associações representativas dos empresários tinham assumido o compromisso de realizar os investimentos necessários para corrigir as irregularidades existentes.

Reforçou que o interesse estava na criação das condições adequadas para a regularização, não na discussão do passado. Salientou que o grande objetivo da Câmara era apoiar a regularização e não o encerramento imediato dos estabelecimentos incapazes de investir de imediato.

Reconheceu que poderia ser argumentado que já tinham passado muitos anos sem intervenção, mas frisou que tal seria um dado de registo utilizado para fundamentar futuras ações em situações de incumprimento prolongado.

Esclareceu que, tanto quanto lhe era dado saber, estavam a decorrer reuniões entre os empresários e as associações representativas, nas quais foi assumido o compromisso de proceder a uma regularização progressiva, através da aquisição de equipamentos e dos investimentos necessários. Reafirmou que a Câmara Municipal era parceira nesse compromisso, porém com exigência, sublinhando que não bastava apenas manifestar a

intenção de cumprir as obrigações para, depois, nada ser concretizado. Destacou ser fundamental que tal compromisso ficasse claro, tanto para os investidores como para as associações representativas.

Sublinhou ainda que o papel da Câmara era o de mediador, atuando dentro de prazos razoáveis previamente estabelecidos para cada situação.

Concluiu afirmando que o que estava em causa era o cumprimento da legislação e do regulamento aprovado pelos órgãos municipais, e que a Câmara demonstrava boa vontade, empenho e disponibilidade no âmbito desse processo.

Sra. Vice-Presidente – Interveio para registar que, em conjunto com a Vereadora Rita, havia mantido reunião com a Associação Direito ao Descanso no dia 21 de maio. Informou que estavam a tratar os assuntos em questão e que, assim que surgissem novidades, seria agendada nova reunião com a associação.

Sra. Ana – Interrompeu para lembrar a existência de uma situação urgente, referindo-se à realização de um novo festival prevista para dali a um mês.

Sr. Presidente – Interveio, reiterando que a Sra. Ana já tinha efetuado a sua intervenção, e que, naquele momento, cabia à Câmara apresentar as respostas, encerrando-se, assim, a possibilidade de diálogo conforme previsto no regulamento.

Sra. Vice-Presidente – Esclareceu que a Sra. Ana não mencionou na sua intervenção que já tinham reunido com a Associação Direito ao Descanso no dia 21 de maio, facto que poderia dar a entender que não se realizavam reuniões há muito tempo. Acrescentou que, nessa reunião, estiveram presentes os Serviços de Ambiente e os Serviços de Fiscalização.

Sra. Ana – Respondeu, pedindo desculpa e esclarecendo que, de facto, tinha referido a realização de uma reunião ocorrida há cerca de um mês, a qual só se concretizou após insistência reiterada por parte da Associação. Destacou que, nessa reunião, foram identificados vários problemas urgentes e pendentes, motivo pelo qual a Associação continuou a insistir via e-mails e decidiu comparecer presencialmente à reunião de Câmara, com o objetivo de obter respostas para a população que aguardava esclarecimentos relativos ao Yard Festival.


Sr. Presidente – Concluiu agradecendo novamente à Sra. Ana pela sua presença, reconhecendo o importante papel que desempenhava ao dedicar o seu tempo em defesa dos interesses das populações, especialmente no que se referia ao problema do ruído.

Sra. Ana – Respondeu agradecendo e referindo que, na sua opinião, era muito difícil desempenhar esse papel na cidade de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.



35 / 36

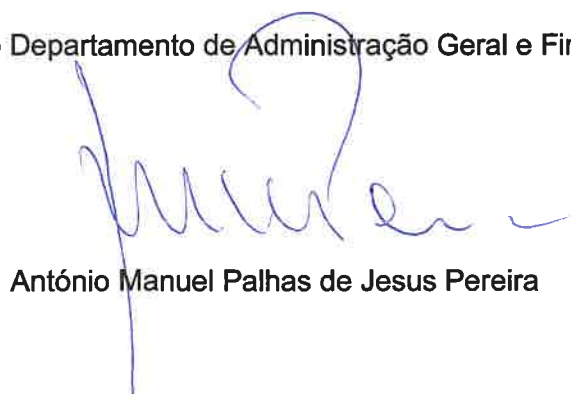
O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 13 de agosto de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 36 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Inês Ferreira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Pereira